

RELATÓRIO DA REUNIÃO COM O PRESIDENTE DA FUNAI/GT INTERMINISTERIAL DE POLÍTICA INDIGENISTA

Na manhã do dia 26 de outubro, entre 10:00 e 11:40hs, membros do FDDI reunimos com o Presidente do Grupo de Trabalho Interministerial de Política Indigenista (GTI), Mércio Gomes, no Gabinete da Presidência da Fundação Nacional de Política Indigenista (Funai), para tratar principalmente dos seguintes assuntos: criação da Comissão Nacional de Política Indigenista e preparação e realização das pré-conferências e da Conferência Nacional de Política Indigenista.

A respeito da Comissão Nacional de Política Indigenista, o presidente do GTI informou que o Ministro da Justiça concordou com a proposta trabalhada pelo Grupo e as lideranças indígenas, faltando a manifestação dos outros Ministérios que ainda devem apreciar a proposta (Casa Civil, Gabinete de Segurança Institucional – GSI e Secretaria Geral da Presidência).

Lembramos ao Mércio que o acordo determinava o encaminhamento da proposta a esses Ministérios até o dia 30 de setembro. Nesse momento ele esclareceu que o Relatório do GTI ainda não estava fechado, por causa de alguns elementos que precisam ser melhor esclarecidos no diagnóstico, como a questão da faixa de fronteira. O envio do Relatório temo atraso de um mês.

Ao prever um cronograma para a criação da Comissão Nacional de Política Indigenista, o Presidente estabeleceu a seguinte proposta: no dia 4 de novembro o GTI se reúne para “sacramentar” o Relatório e assim poder encaminhá-lo aos Ministérios envolvidos na sua criação até o dia 7 de novembro, para que num prazo de 60 dias, a partir desta data, possam acontecer as indicações para a composição da Comissão e assinatura do Decreto de criação pelo Presidente da República, de tal forma que a Comissão possa ter a sua primeira reunião no mês de janeiro de 2006.

O Fórum concordou com esta previsão, ressaltando que a Comissão, uma vez criada, será um reforço importante na organização e realização, bem como no seguimento e implementação das resoluções da Conferência Nacional de Política Indigenista.

O Presidente concordou com esta proposição.

Com relação às pré-conferências, fomos informados que a conferência de Manaus (que reúne índios do Amazonas, Amapá e Pará) está sendo organizada com a participação da Coiab, da Coordenação das Organizações Indígenas do Amazonas (Coiam) e da Fundação Estadual de Política Indigenista (Fepi). Faltam ainda as conferências do Sudeste -São Paulo, Rio de Janeiro e parte de Minas Gerais (Xacriabá)- e da região que envolve os estados de Rondônia e Acre, que será realizada em Porto Velho.

Com a participação garantida de lideranças e organizações indígenas na realização destes eventos e na Conferência Nacional, se possível já através da Comissão Nacional de Política Indigenista, não teve mais como alongar a discussão sobre este assunto.

O Presidente do GTI aproveitou a ocasião para informar que o Comitê responsável pela discussão e elaboração da Proposta de Declaração Americana dos Direitos dos Povos Indígenas, da Organização dos Estados Americanos (OEA), pretende realizar no Brasil, no mês de março de 2006, a sua próxima reunião. O Governo, através do Itamaraty e do Embaixador do Brasil na OEA, formalizará nos próximos dias a aceitação desta proposta. A Funai tem três propostas para o local do evento (Amazonas, Litoral de São Paulo ou Brasília). Nos manifestamos em favor de Brasília, para garantir presença indígena e maior repercussão do evento.

Aproveitamos ainda para dizer que esta seria uma excelente oportunidade para tornar visível a criação e atuação da Comissão Nacional de Política Indigenista, que poderia se reunir no período para organizar, por exemplo, a Conferência Nacional de Política Indigenista.

A discussão sobre as atribuições da Comissão Nacional e sobre as discussões das pré-conferências levou a tratar assuntos de conjuntura como o Estatuto dos Povos Indígenas.

O entendimento comum é que é preciso definir melhor as estratégias a este respeito. Pelo momento não há condições favoráveis para estimular a sua tramitação no Congresso da República. Essas estratégias deveriam ser definidas desde já nas próximas pré-conferências e na Conferência Nacional, no sentido de encarar o encaminhamento da tramitação do Estatuto ou pensar em outras formas de garantia dos direitos indígenas. Este deverá ser uma importante justificativa ou motivo para que a Presidência da República assuma a *responsabilidade de encaminhar o Projeto de Lei de criação do Conselho Nacional de Política Indigenista*, instância fundamental para a defesa e promoção dos direitos dos povos indígenas e de garantia do direito de participação destes povos na definição das políticas que lhes dizem respeito, conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Interrogado sobre qual será a instância ou mecanismo de monitoramento do processo de criação da Comissão Nacional de Política Indigenista, o Presidente do GTI observou que há questões que escapam a seu controle, particularmente a variável que envolve os Ministérios encarregados pelo encaminhamento final da proposta.

Em função desta última constatação, em conversa informal com o Deputado Eduardo Valverde, coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, consideramos *necessário marcar audiência com a Casa Civil, se possível também com o GSI e a Secretaria Geral da Presidência*, para tratar da criação da Comissão Nacional de Política Indigenista. A Secretaria Executiva do FDDI se compromete dar seqüência a este encaminhamento, se todo mundo concordar.

Encerramos a reunião com o Presidente do GTI protocolando o dossiê “Situação da Saúde Indígena no Brasil - Desmandos e descasos da Fundação Nacional de Saúde Indígena”.

Brasília, 26 de outubro de 2006.

A Secretaria Executiva